



2307 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL: a relação com o objeto de estudo do campo e sua contribuição na formação do pesquisador em políticas educacionais

Gregory Luis Rolim Rosa - UFPR - Universidade Federal do Paraná
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

Este ensaio se dedica à apreciação do campo da política educacional. Tomando as recentes discussões sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil, situa o espaço da disciplina Política Educacional no campo. Ainda nesse sentido, com base nos estudos desenvolvidos por Tello (2015), Souza (2016) e Mainardes (2018), contextualiza a disciplina Política Educacional como espaço que permite abordar os objetos de estudo da política educacional, proporcionando aos pesquisadores em formação, apreenderem: o que se estuda em política educacional na atualidade. Conclui evidenciando que a disciplina contribui com a formação dos pesquisadores em políticas educacionais, apontando a necessidade de maiores pesquisas sobre o campo e os objetos de pesquisa possibilitando a expansão do campo da política educacional.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Disciplina Política Educacional. Objeto de estudo.

A DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL: A RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO PESQUISADOR EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Introdução

Este ensaio se dedica à apreciação do campo da política educacional. Partindo de discussões promovidas por outras investigações, este texto visa contribuir com as discussões relacionadas ao campo de investigação e seus objetos de estudos, procurando, de forma breve, evidenciar a contribuição da disciplina Política Educacional na formação de novos pesquisadores no campo.

O trabalho parte do reconhecimento do campo da política educacional como um constructo em expansão e em processo de institucionalização na América Latina. Ao discorrer sobre a delimitação do campo acadêmico da política educacional, situa a disciplina Política Educacional como elemento importante na constituição do campo acadêmico no Brasil e seu papel na formação de pesquisadores. (STREMEL, 2016a).

Na segunda parte, apresenta as questões tomadas como foco das pesquisas em políticas educacionais e que estas tomam como objeto o Estado e sua atuação (ou não) na formulação de políticas que atendam a demanda e o direito a educação, caracterizando este como objeto da política educacional. Ainda, o ensaio procura situar o papel da disciplina Política Educacional, em nível de Graduação e Pós-Graduação, caracterizada como espaço que possibilita abordar o objeto de estudo do campo, aproximando os pesquisadores no processo de formação.

Conclui-se que a disciplina Política Educacional, em nível de Graduação e Pós-Graduação, como pertencente ao campo acadêmico, é um espaço que proporciona a aproximação e compreensão do objeto de estudo do campo, garantindo que os pesquisadores apreendam o que estudamos em política educacional. Ainda, considera a necessidade de maior aprofundamento nas questões relacionadas aos objetos de estudo, ao campo da política educacional e sobre a disciplina em questão, que o campo da política educacional é um constructo em processo de expansão.

O espaço da disciplina no campo acadêmico da política educacional: breves apontamentos.

Para compreender o espaço da disciplina Política Educacional no campo acadêmico da política educacional, é necessário apreender como este campo se constituiu no contexto brasileiro. Neste sentido, recorremos à Teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu e às pesquisas desenvolvidas que tem por objetivo clarificar o entendimento sobre a constituição do campo da política educacional no Brasil.

Bourdieu considera a sociedade como um concebido sistema de estruturas e relações denominadas campo social, onde estão “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (BOURDIEU, 2004a, p. 20).

O autor aponta que as relações de forças originárias dos interesses dos agentes e instituições, inseridos neste espaço, irão determinar o funcionamento e a estrutura do campo social. Ainda segundo Bourdieu, as posições ocupadas pelos agentes que compõem o campo social, acarretam conflitos e disputas de poder. (BOURDIEU, 2003).

Para facilitar o entendimento e a compreensão do conceito de campo, Bourdieu (2003), relaciona a sua semelhança funcional à um jogo. De acordo com a sua analogia, a posição dos agentes no campo, está relacionada ao capital que estes dispõem (simbólico, econômico, cultural) e seus interesses de conservação ou mudança de posição no campo em que estão inseridos.

No jogo de posições, o *habitus*, as leis e disposições imanentes do campo, irão determinar as circunstâncias de funcionamento e ações dos agentes no campo, bem como os resultados e efeitos gerados por estas ações. De modo geral, o *habitus* é um [...] sistema de disposições adquiridos pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores [...]. (BOURDIEU, 2003, p. 125).

O sentido do jogo que Bourdieu menciona é justamente essa possibilidade dos agentes de tenderem às regras do campo, mas também desenvolverem estratégias de atuação orientadas pelo *habitus*. Logo, o sentido do jogo “[...] é o que permite gerar uma infinidade de ‘lances’ adaptados a infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever.” (BOURDIEU, 2004b, p. 21).

Desta forma, Bourdieu define campo como:

Um universo complexo de relações objetivas de interdependência entre subcampos ao mesmo tempo autônomos e unidos pela solidariedade orgânica de uma verdadeira divisão do trabalho de dominação. Diz respeito a uma população, ou seja, um conjunto de agentes suscetíveis de serem submetidos a partições reais

De acordo com Stremel (2016a), para discutir e analisar o campo da política educacional, primeiramente é preciso partir do entendimento da teoria dos campos sociais e da existência de muitos campos, ou seja, é preciso entender o campo acadêmico da política educacional como microcosmo, com leis relativamente autônomas no interior de um macrocosmo (âmbito educacional, âmbito científico, âmbito político-social).

A compreensão da constituição do campo acadêmico da política educacional suscita a apreensão do contexto histórico como aspecto fundamental para a sua análise, sendo fator imprescindível para o desenvolvimento do campo. Como fatores históricos importantes, a institucionalização da política educacional no Brasil, a expansão da produção acadêmica sobre política educacional, são alguns fatores que analisados possibilitam a compreensão da constituição do campo acadêmico em questão. (STREMEL, 2016a).

Considerando a importância dos fatores históricos, de acordo com Stremel (2016a), a constituição do campo acadêmico da política educacional foi marcada pelo uso recorrente do termo política educacional em publicações da área e a criação dos primeiros programas de Pós-Graduação no Brasil e de associações de pesquisa como: a Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE (1961) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd (1976). Ainda, tem-se como marco explícito da institucionalização do campo acadêmico da política educacional, a criação do GT 5 – Estado e Política Educacional no âmbito da ANPEd (1986/1987).

Esse processo de constituição do campo acadêmico da política, enriquecido pela criação de associações e redes e a ampliação da produção científica, teve fortalecimento com o processo de redemocratização do país. A década de 1990 no Brasil, proporcionou a expansão do campo acadêmico, sendo evidenciado pelo amplo surgimento de periódicos especializados em política educacional, eventos científicos e a criação da disciplina de/sobre Política Educacional no âmbito da graduação e Pós-Graduação. (STREMEL, 2016a; MAINARDES, STREMEL, ROSA, 2017).

A criação de uma disciplina específica constitui-se em um dos momentos de institucionalização de um determinado campo. Com base em Gómez Campo e Tenti Fanfani (1989), Suasnábar e Palamidessi (2007, p. 41 apud MAINARDES; STREMEL; ROSA, 2017), entende-se que a criação de uma cátedra universitária ou de um departamento no âmbito estatal constitui momentos na institucionalização do campo que revelam “[...] o processo histórico de configuração e desenvolvimento de agências especializadas na produção, circulação e/ou validação de conhecimentos [...]”. De acordo com Suasnábar e Palamidessi (2007, p. 41), o grau de diferenciação e de especialização de saberes, de agentes, de instituições, de funções ou de divisões institucionais que expressa os momentos do campo que podem ser analisados como “processos de institucionalização”. Também, para Faria (2013, p. 12),

A institucionalização de um campo de estudos, de uma disciplina, vem tradicionalmente acompanhada da criação de associações profissionais, de conferências e de periódicos que influenciam, direta ou indiretamente, a alocação de recursos materiais e simbólicos.

Os avanços no campo acadêmico proporcionam o desenvolvimento e emergência da disciplina Política Educacional. Nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, a disciplina, a fim de trazer um caráter crítico para a formação de professores e novos pesquisadores em política educacional, surge com a intencionalidade de superar o viés jurídico-institucional das disciplinas que proporcionavam o entendimento da organização e estrutura da educação no Brasil, as disciplinas Estrutura e Funcionamento do Ensino, Administração Escolar. (MAINARDES, STREMEL, ROSA, 2017).

Desta forma, considerando os impactos das mudanças no contexto sócio-político brasileiro, a expansão do campo acadêmico da política educacional e a necessidade desta formação aos futuros docentes e pesquisadores do campo, a disciplina Política Educacional “se constitui em disciplina ímpar, pois oferece a oportunidade de entender as diferentes concepções e matrizes teóricas dessas áreas no contexto da prática política”, ou seja, perpassa diferentes campos do conhecimento e mantém uma interlocução com outras áreas. O ensino da política educacional possui um caráter dinâmico, “articulando-se com as ações governamentais em dado momento histórico, possibilitando que as contradições sejam visualizadas, não apenas nos textos normativos, mas nas práticas dos gestores públicos”. (FLACH; MASSON, 2015, p.3).

Enraizada pela efervescência das lutas populares e dos movimentos sociais, a disciplina de Política Educacional intenciona levar à formação docente uma leitura crítica da sociedade brasileira, para que os docentes e pesquisadores possam compreender as transformações, as influências políticas, econômicas e sociais na elaboração de políticas públicas educacionais. (FLACH; MASSON, 2015).

A disciplina Política Educacional e a importância da sua relação com o (s) objeto (s) de estudo do campo na formação do pesquisado.

Ao situar a disciplina Política Educacional no campo acadêmico da política educacional, é possível adentrar nas discussões pertinentes e relacionadas aos objetos de estudo da política educacional, com o intuito de apreender como a disciplina em âmbito de graduação e pós-graduação, tem se relacionado e contemplado esses objetos na formação de novos pesquisadores.

Ainda recentes na América Latina, as discussões sobre os objetos de estudo, têm contribuído para o fortalecimento e expansão do campo teórico e acadêmico da política educacional. Destacamos aqui, os trabalhos de GOMES e OLIVEIRA (2012), SOUZA (2014, 2016), MAINARDES (2015; 2018); TELLO (2015), os quais tem proporcionado reflexões acerca dos objetos da política educacional, bem como, demonstrando de forma analítica como os pesquisadores têm se relacionado com esse objeto. De acordo com Mainardes (2018, p. 196),

Os estudos de natureza teórica sobre a pesquisa de/sobre políticas educacionais emergem como essenciais no atual estágio de desenvolvimento das pesquisas do campo, pois tais resultados podem ser reinvestidos no trabalho científico do próprio campo (BOURDIEU, 2011), permitindo avanços e saltos qualitativos.

Considerado no contexto da América Latina, como um campo em processo de institucionalização, Mainardes (2018), Souza (2016), Tello (2015), apontam que a política educacional e as pesquisas de/sobre política, podem ser consideradas como um campo abrangente, complexo e em permanente expansão. Ao adotar uma nova concepção, considerando as transformações no campo da educação e seus fatores de influência internos e externos, a política educacional aborda novos objetos de estudos, caracterizando-se como multidimensional.

Mainardes (2018, p. 187), destaca que a expansão do campo, por meio do aumento dos espaços de produção acadêmica (grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Educação, criação de redes pesquisa, aumento de publicações, criação de periódicos especializados, realização de eventos específicos sobre políticas educacionais), e seu processo de consolidação enquanto campo específico, ao mesmo tempo em que enriquecem o processo de institucionalização, dificultam na delimitação de temas e abrangência desse campo. O autor constata que,

Isso pode ser observado em publicações (livros, artigos), grupos de pesquisa e eventos que, embora mencionem o termo ‘política educacional’, ‘políticas educacionais’, ‘políticas da educação’, entre outros similares, abordam um conjunto de outras temáticas que se afastam do campo da política educacional.

O autor assinala que definir ou delimitar qual o objeto de estudo específico do campo da política educacional adquire grau de complexidade, visto que a investigação no campo e das políticas sociais, e especificamente das políticas educacionais, pressupõe um posicionamento, uma perspectiva teórica e metodológica pertinente a compreensão da realidade, visão de mundo e de homem do pesquisador. Isto é, toda pesquisa está relacionada com a concepção epistemológica, ontológica, filosófica e política daquele que se debruça sobre determinado problema. (GAMBOA, 2012; TELLO; MAINARDES, 2012; TELLO, 2012; TELLO; MAINARDES, 2015).

Considerando a argumentação acima, cabe aqui destacar que nessa análise, o método histórico dialético, apoiado na tradição marxista a qual se distancia das visões idealistas e a-históricas da sociedade, caracteriza o nosso posicionamento e a nossa perspectiva epistemológica. (GAMBOA, 2012).

Ao dispormos da teoria e análise marxista, buscamos evidenciar a natureza contrastante, contraditória e versátil das políticas sociais. Concordamos com Marx sobre a complexidade existente no processo de produção e reprodução e que, desvelar a essência dos fenômenos e a determinação das políticas sociais sob a perspectiva marxista, requer a compreensão das relações históricas, econômicas, políticas e culturais em determinada sociedade. Consideramos então, as políticas como processos sociais, e que sua compreensão suscita a análise da totalidade, apreendendo os fenômenos, a influência da formação do Estado e sua intencionalidade bem como o seu papel na regulamentação e implementação das políticas. (MARX, 2008; 2013).

Assim posto, passamos a considerar a concepção de Estado como fundamental para o entendimento de como se dá a formulação e implementação de políticas. Seguindo a concepção gramscianiana, entendemos que o Estado é a própria sociedade em sua forma absoluta, organizada por entidades complexas, públicas e privadas, cujo papel histórico é determinado pelas lutas e relações entre grupos e poderes, agindo de forma mutável na busca pela hegemonia. Adotamos a concepção ampliada do Estado de Gramsci, o qual considera o Estado como articulação entre sociedade civil e sociedade política, espaço onde aquele que detém a hegemonia do aparato estatal procura legitimar o governo através da força e do consenso, e não apenas pela coerção como apontou Marx. Neste sentido, com base em Gramsci, entendemos o Estado como um conjunto de determinações jurídico-políticas, cuja disposição e intervenção é determinada de acordo com a organização social, cultural, econômica e política da sociedade, por intermédio das correlações entre as frações de classes em vigor. (GRAMSCI, 1978; 2000).

A delimitação da perspectiva epistemológica, o que entendemos por Política Educacional e o conceito de Estado com o qual desenvolvemos as pesquisas no campo da política educacional, caracteriza a forma que daremos ao objeto de estudo. O conceito de Estado, como entendemos a sua concepção e atuação no processo de formulação de políticas educacionais irá determinar o processo da pesquisa e o tratamento dado ao objeto de estudo. Desta forma, Souza (2016, p. 84), com base em sua concepção, afirma que "objeto do campo de pesquisa em políticas educacionais é a relação entre demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda". Mainardes (2018, p. 189), também considera que "o objeto de estudo da política educacional é a análise das políticas educacionais formuladas pelo aparelho de Estado, em seus diferentes níveis e esferas (federal, estadual, municipal)".

De modo geral, os estudos de políticas educacionais abordam os seguintes as seguintes questões: a) Estudos de natureza teórica sobre temas relacionados à política educacional (Estado, neoliberalismo, as relações entre o setor público e o privado, fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre políticas educacionais, epistemologias da política educacional, entre outros); b) Análise de políticas (implementação, avaliação, etc.); c) Políticas educacionais e gestão (educacional e escolar); d) Legislação educacional; e) Financiamento da educação; f) Políticas curriculares; g) Políticas voltadas ao trabalho docente (formação, valorização, carreira, etc.); h) Questões relacionadas às demandas educacionais, oferta, acesso, qualidade, direito à educação, movimentos de luta pela garantia do direito à educação. (MAINARDES, 2018, p. 187).

Assim sendo, quando estudamos e pesquisamos em política educacional, objetivamos "conhecer e mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade". (SOUZA, 2016, p. 86).

Entretanto, Souza (2016, p. 86) ressalva que, ainda que considerada a (não) ação, (não) atuação do Estado na elaboração de políticas educacionais, como objeto central do campo, é necessário,

Caminharmos mais e conhecer mais e melhor o campo, seus objetos e abordagens novas que vêm surgindo com o avanço da investigação científica. Isto é necessário para compreendermos melhor o que são as políticas educacionais e ampliarmos as possibilidades de contribuir com o desenvolvimento da ciência e da educação.

Partindo dessa afirmação, da necessidade de conhecermos melhor o campo de pesquisa em que estamos inseridos, consideramos a disciplina Política Educacional, fundamental no processo de aproximação dos novos pesquisadores em políticas educacionais, em nível de Graduação e Pós-Graduação.

Ao integrar os currículos de formação docente em nível de Graduação e de pesquisadores em política educacional nos Programas de Pós-Graduação em educação, a disciplina de Política Educacional contribui no processo de formação, no entendimento e apreensão dos objetos de estudo e constituição do campo da política. De acordo com Stremel e Mainardes (2015, p. 139),

Essa disciplina pode proporcionar aos futuros educadores uma compreensão crítica das políticas educacionais, dos fundamentos das políticas, de aspectos essenciais relacionados à organização e legislação da educação brasileira, bem como da análise de políticas nacionais, estaduais e locais. Além disso, a disciplina Política Educacional pode servir como ponto de partida para a formação de futuros pesquisadores desse campo, principalmente quando optam pela realização de pesquisas sobre Política Educacional em nível de Pós-Graduação.

Em sua análise sobre a disciplina no âmbito da Graduação, em específico nos cursos de Pedagogia no Brasil, Stremel e Mainardes (2015, p. 146), assinalam aspectos importantes que caracterizam a disciplina, dentre eles os tópicos mais presentes nas ementas. Segundo os autores, a disciplina, de modo geral aborda as discussões referentes à:

a) Aspectos relacionados à organização da educação brasileira (sistema educacional brasileiro, níveis, modalidades); b) Aspectos da legislação educacional (Constituições Federais, leis nacionais referentes à educação, LDB, PNE, Resoluções, Pareceres); c) Reformas educacionais; d) Gestão da educação; e) Políticas e Programas da Educação Básica; f) Financiamento da educação; g) Estado e educação.

Cabe então destacar que os aspectos contemplados na disciplina e assinalados por Stremel e Mainardes (2015), alinham-se às questões tomadas como foco das pesquisas em políticas educacionais apresentados pelas pesquisas de Souza (2016) e Mainardes (2018). Assim, a disciplina, base de formação e aproximação dos futuros pesquisadores e docentes ao campo da política educacional, tem objetivado a apreensão dos mesmos às questões relacionadas ao Estado como objeto de estudo deste campo.

Em nível de Pós-Graduação, a disciplina desempenha um papel ainda mais importante. Neste âmbito, quando o pesquisador está intimamente ligado ao seu objeto de estudo, faz-se necessário um aprofundamento em relação ao campo em que está inserido. Ou seja, cabe a disciplina levar o pesquisador a compreender de onde, como e do que está falando ao pesquisar em política educacional.

A disciplina alinha-se aos aspectos apresentados por Souza (2016) e Mainardes (2018), ao possibilitar ao pesquisador o entendimento dos fundamentos e a concepção de do Estado, os conflitos, as tensões e aspectos do contexto do Estado e sua relação com a educação. Desta forma, é possível compreender melhor o que são as políticas educacionais, avançando no processo de pesquisa e consolidação do campo.

Ainda, como suscitado, o entendimento das relações, atuação e decisões do Estado perante as políticas educacionais, só serão compreendidas se a disciplina possibilitar aos docentes e pesquisadores em formação, um estudo das concepções de Estado, sua organização e influencia daqueles que o constituem e atuam na construção de um determinado projeto de educação e sociedade. (FLACH; MASSON, 2015).

É necessário que a disciplina, considerando quaisquer que sejam as perspectivas epistemológicas adotadas no processo de formação do pesquisador, possibilite a apreensão da política educacional em sua complexidade. Durante o processo formativo, cabe a disciplina levar ao entendimento da política educacional inserida no movimento de contradições que caracterizam o contexto da sociedade capitalista. (FLACH; MASSON, 2015).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos abordar o campo acadêmico da política educacional e o espaço da disciplina Política Educacional na constituição do campo. Da mesma forma, destacamos como a disciplina se relaciona com o objeto de estudo da política educacional no processo de formação de pesquisadores.

Os estudos sobre a constituição do campo da política educacional ainda são recentes. Considerada como uma literatura dispersa e ainda incompleta, trata-se de um tema em expansão e que possibilita incontáveis temáticas para desenvolvimento. Cabe destaque, o tratamento dado a esta temática, pela Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe), um espaço constituído para fortalecer o desenvolvimento e a expansão do campo da política educacional. (STREMEL, 2016b).

No Brasil, a década de 1960 é considerada o marco inicial de construção do campo da política educacional. Como destaque, a criação de associações como a ANPAE (1961) e a ANPEd (1976), deram início a construção de um campo que passou a ser fortalecido com a disseminação da produção científica por meio de periódicos, a criação de linhas de política educacional no âmbito da Pós-Graduação, grupos de pesquisas e já no final da década de 1980, a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da ANPED. (STREMEL, 2016a; 2016b).

Tem destaque nesse processo de constituição e expansão do campo, a criação e institucionalização da disciplina Política Educacional no âmbito da Graduação e Pós-Graduação. Caracterizada como um espaço importante para a formação de docentes e pesquisadores em educação e especificamente em políticas educacionais, a disciplina ao aproximar os futuros pesquisadores de uma leitura crítica do contexto, compreendendo o objeto de estudo da política educacional, neste caso a atuação ou ausência do Estado na elaboração de políticas que garantam o direito à educação, integra o desenvolvimento do próprio campo.

Ressaltamos o caráter preliminar deste ensaio e a necessidade de maiores aprofundamentos e pesquisas que analisem o campo da política educacional a fim de revelar novos objetos de estudo, a expansão e consolidação do campo no Brasil.

Referências

- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004b
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência** por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004^a
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. de. (Orgs.) **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 11-21.
- FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 33, p.181-199, 2015.
- GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó-SC: Argos, 2012.
- GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Educação Superior como sujeito-objeto de estudo. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Reconfiguração do campo da Educação Superior**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 13-70.
- GÓMEZ CAMPO, V. M.; TENTI FANFANI, E. **Universidad y profesiones: crisis y alternativas**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- MAINARDES, J. Reflexiones sobre el objeto de estudio de la política educativa. In: Tello, C. (Comp.). **Los objetos de estudio em política educativa**. Hacia una caracterización del campo teórico. Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015, p. 25-42.
- MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p. 75-89, enero/junio. 2016.
- SOUZA, A. R. de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.
- STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil** 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016a.
- STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em Cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, p. 137-155, 2015.
- STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo da política educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 115-138, jan./jul. 2016b.
- SUASNÁBAR, C.; PALAMIDESSI, M. Notas para una historia del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina. In:

PALAMIDESSI, M; SUASNÁBAR, C.; GALARZA, D. (Comps.). **Educación, conocimiento y política**: Argentina, 1983-2003. Buenos Aires: Manantial, 2007. p. 39-63.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educacional como enfoque y la vigilancia y el posicionamiento epistemológico del investigador. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educacional: debates teóricos en torno a las perspectivas neo-marxista, pluralista y posestructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, 2012.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, 2015.